

20/10/2011

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM INQUÉRITO 2.601 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA
ADV.(A/S)	: NELIO ROBERTO SEIDL MACHADO
INVEST.(A/S)	: ÁLVARO LINS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: SERGIO MAZZILLO
INVEST.(A/S)	: ANTHONY WILLIAN GAROTINHO MATHEUS DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: NÉLIO ROBERTO SEIDL MACHADO
INVEST.(A/S)	: MÁRIO FRANKLIN LEITE MUSTRANGE DE CARVALHO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
INVEST.(A/S)	: DANIEL GOULART
ADV.(A/S)	: RICARDO CERQUEIRA
INVEST.(A/S)	: KUENE ROBSON PEREIRA ALVES
ADV.(A/S)	: JULIO MATUCH DE CARVALHO

E M E N T A: **QUESTÃO DE ORDEM** - PROCEDIMENTO PENAL ORIGINÁRIO - PLURALIDADE DE INVESTIGADOS, ALGUNS DOS QUAIS COM PRERROGATIVA DE FORO - **CONVENIÊNCIA DE DESMEMBRAMENTO** DOS AUTOS - **FACULDADE PROCESSUAL** QUE SE RECONHECE AO ÓRGÃO JUDICIÁRIO COMPETENTE - **LEGITIMIDADE JURÍDICA** DE TAL MEDIDA (**CPP**, ART. 80) - **POSSIBILIDADE** DESSA CISÃO PROCESSUAL, AINDA QUE OCORRENTE VÍNCULO DE CONEXÃO OU DE CONTINÊNCIA - **RECURSOS DE AGRAVO PREJUDICADOS**, QUANTO AO ASPECTO MENCIONADO, **EM RAZÃO** DO ACOLHIMENTO DA QUESTÃO DE ORDEM SUSCITADA PELO RELATOR.

- A cisão da causa penal, de caráter meramente facultativo, fundada em qualquer das hipóteses **previstas** no art. 80 do CPP (**dentre as quais**, a ocorrência de motivo relevante que torne conveniente a adoção de referida separação), **pode** efetivar-se, de modo legítimo, **sempre** a critério do órgão judiciário competente, **ainda** que configurada, na espécie, a existência de **vínculo** de conexidade ou de **relação** de continência **e não obstante** presentes, no procedimento persecutório, investigados **detentores** de prerrogativa de foro. **Precedentes**.

Inq 2.601 -QO / RJ

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Sessão Plenária**, sob a Presidência do Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em resolver a questão de ordem** no sentido **de determinar o imediato desmembramento** do feito, **resultando prejudicado**, *em consequência*, **o exame** dos recursos de agravo interpostos, **nos termos** do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa e, neste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 20 de outubro de 2011.

CELSO DE MELLO – RELATOR

20/10/2011

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM INQUÉRITO 2.601 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA
ADV.(A/S)	: NELIO ROBERTO SEIDL MACHADO
INVEST.(A/S)	: ÁLVARO LINS DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: SERGIO MAZZILLO
INVEST.(A/S)	: ANTHONY WILLIAN GAROTINHO MATHEUS DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: NÉLIO ROBERTO SEIDL MACHADO
INVEST.(A/S)	: MÁRIO FRANKLIN LEITE MUSTRANGE DE CARVALHO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
INVEST.(A/S)	: DANIEL GOULART
ADV.(A/S)	: RICARDO CERQUEIRA
INVEST.(A/S)	: KUENE ROBSON PEREIRA ALVES
ADV.(A/S)	: JULIO MATUCH DE CARVALHO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): Álvaro Lins dos Santos **interpôs** recurso de agravo contra decisão na qual, **acolhendo** manifestação do eminente Procurador-Geral da República, **determinei o desmembramento** deste procedimento penal **quanto** ao crime de falsidade ideológica, *para fins eleitorais*, a ele imputado (**CE**, art. 350).

Inq 2.601 -QO / RJ

O Chefe do Ministério Público da União, Dr. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS, **impugnando** essa pretensão recursal, **assim resumiu e apreciou** a questão (vol. 06, fls. 1.382/1.387):

"Trata-se de agravo regimental interposto por Álvaro Lins dos Santos contra a decisão de fls. 1169/1172, na parte em que determinou o desmembramento deste Inquérito em relação ao crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral (fls. 1230/1282).

.....
Requer, ao final (...), seja revista a decisão que determinou o desmembramento do feito.

.....
Quanto ao desmembramento do feito em relação ao delito do art. 350 do Código Eleitoral, verifica-se que a decisão agravada está em perfeita sintonia com a jurisprudência da Corte, segundo a qual 'salvo hipóteses excepcionais, onde a conduta dos agentes esteja imbricada de tal modo que tome por demais complexo individualizar a participação de cada um dos envolvidos, é de se desmembrar o feito em relação aos que não possuem foro perante o STF'.

Tendo em vista que o delito foi atribuído apenas ao agravante e a Mário Franklin Leite Mustrange de Carvalho, ambos não detentores de prerrogativa nessa Corte, e que não tem relação direta com o crime de corrupção eleitoral atribuído ao então Deputado Federal Geraldo Pudim e ao atual Deputado Federal Anthony Garotinho, justifica-se a incidência do art. 80 do Código de Processo Penal, que constitui exceção à regra do art. 76 do referido diploma.

Pelo exposto, o Procurador-Geral da República manifesta-se pelo desprovento do agravo regimental de fls. 1230/ 1282 e pede que a denúncia de fls. 02/29 seja submetida à apreciação do Plenário." (grifei)

Sobreveio, de igual modo, recurso de agravo interposto por outro investigado, Mário Franklin Leite Mustrange de Carvalho,

Inq 2.601 -QO / RJ

no qual busca a "unidade de processo e julgamento", perante esta Suprema Corte, **de todos** os delitos narrados na denúncia contra ele oferecida (**vol. 06**, fls. 1.401/1.405).

Por já se encontrar pautado este procedimento penal, *para julgamento, submeto, ao E. Plenário, a presente questão de ordem.*

É o relatório.

Inq 2.601 -QO / RJ

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): O **eminente** Procurador-Geral da República, **considerada** a competência penal originária deste Tribunal, **ofereceu** denúncia, **perante** esta Suprema Corte, **contra** seis pessoas, **imputando-lhes** práticas delituosas **supostamente** configuradoras **de crimes de corrupção eleitoral** (**CE**, art. 299), **de fraude processual** (**CP**, art. 347) **e de falsidade ideológica para fins eleitorais** (**CE**, art. 350).

Tendo em vista a possibilidade de desmembramento do presente procedimento penal (**CPP**, art. 80), **concernente aos denunciados** Álvaro Lins dos Santos **e** Mário Franklin Leite Mustrange de Carvalho, **quanto à imputação** a que se refere o art. 350 do Código Eleitoral, **foi determinada** a separação do feito, **em decisão, por mim proferida, com base** nos seguintes fundamentos (**vol. 05, fls. 1.169/1.172**):

"O Ministério Público Federal, **em promoção** da lavra da ilustre Subprocuradora-Geral da República, Dra. CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES, **aprovada** pelo eminente Procurador-Geral da República, Dr. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS, **assim se manifestou** (fls. 1.165/1.167):

'1. A denúncia de fls. 02/29 descreve 3 (três) fatos delituosos, sendo que o Deputado Federal Geraldo Pudim participou apenas do primeiro,

Inq 2.601 -QO / RJ

consistente no oferecimento de vantagem a candidatos aprovados em concurso da Polícia Civil do Rio de Janeiro em troca de votos. Atuaram em conjunto com o parlamentar os denunciados Álvaro Lins dos Santos, Anthony Willian Garotinho Matheus de Oliveira, Mário Franklin Leite Mustrange de Carvalho, Daniel Goulart e Kuene Robson Pereira Alves.

2. Quanto ao primeiro fato, entende o Ministério Público Federal **não ser conveniente** a separação do processo, **tendo em vista** que a conduta imputada ao parlamentar está intrinsecamente relacionada à dos demais e que a análise isolada dos fatos pode acarretar prejuízo para a compreensão do contexto em que o delito foi praticado.

3. Além disso, Anthony Garotinho foi recentemente eleito para o cargo de Deputado Federal e passará a ter, a partir da diplomação, prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal, o que tornaria inócuo eventual desmembramento neste momento.

.....
6. Mostra-se viável, no entanto, o desmembramento do processo em relação ao terceiro fato descrito na denúncia, que consiste em falsidade ideológica para fins eleitorais atribuída a Álvaro Lins dos Santos e Mário Franklin Leite Mustrange de Carvalho, pois não guarda conexão com o primeiro fato.

7. Pelo exposto, o Ministério Público Federal pede que seja determinado o desmembramento do feito apenas em relação ao terceiro fato descrito na denúncia de fls. 02/29 (...). (grifei)

.....
2. (...) o Ministério Público **requereu o desmembramento** destes autos **relativamente** ao delito de falsidade ideológica para fins eleitorais (CE, art. 350).

Acolho, como razão de decidir, **os fundamentos** que dão suporte a essa promoção (fls. 1.166, **item n. 6**), **determinando**, em consequência, **a separação** destes autos (CPP, art. 80).

A **presente** medida é determinada **com apoio** no art. 80 do CPP, que autoriza a separação do feito, presente motivo relevante que torne conveniente a

Inq 2.601 -QO / RJ

adoção de tal providência, como sucede nas hipóteses em que se registra pluralidade de litisconsortes penais passivos (Pet 3.100/TO, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, v.g.):

'I. - O fato de um dos co-réus ser Deputado Federal não impede o desmembramento do feito com base no art. 80 do Código de Processo Penal.

II. - A possibilidade de separação dos processos quando conveniente à instrução penal é aplicável, também, em relação ao crime de quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal).

III. - Agravos não providos.'
(AP 336-AgR/TO, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Pleno - grifei)

.....
4. Sendo assim, em face das razões expostas, e acolhendo a promoção do Ministério Público Federal: (...) determino o desmembramento deste feito, com relação aos denunciados Álvaro Lins dos Santos, Mário Franklin Leite Mustrange de Carvalho e Kuene Robson Pereira Alves, quanto ao crime a que se refere o art. 350 do Código Eleitoral."

Importante esclarecer, desde logo, que a razão de ser da competência penal originária do Supremo Tribunal Federal, na espécie em exame, deve-se ao fato de existir situação configuradora de prerrogativa de foro "ratione muneris" em favor dos Deputados Federais Geraldo Roberto Siqueira de Souza e Anthony Willian Garotinho Matheus de Oliveira, por efeito de expressa determinação da própria Constituição da República.

Inq 2.601 -QO / RJ

Sendo esse o contexto que se registra nos presentes autos, entendo que se impõe tecer algumas considerações pertinentes à matéria em causa.

O instituto da prerrogativa de foro, como é notório, e conforme ressaltei em Plenário, ao apreciar a Segunda Questão de Ordem no Inquérito nº 2.245/MG, Relator Ministro JOAQUIM BARBOSA, provoca alguns problemas, como o da instauração, perante esta Suprema Corte, de processos multitudinários.

A vigente Constituição do Brasil - ao pluralizar, de modo excessivo, as hipóteses de prerrogativa de foro - incidiu em verdadeiro paradoxo institucional, pois, pretendendo ser republicana, mostrou-se estranhamente aristocrática. Na verdade, o constituinte republicano, ao demonstrar essa visão aristocrática e seletiva de poder, cometeu censurável distorção na formulação de uma diretriz que se pautou pela perspectiva do Príncipe ("ex parte principis") e que se afastou, por isso mesmo, do postulado da igualdade.

Ninguém ignora que a Carta Política do Império do Brasil, de 1824, consagrou apenas 04 (quatro) ou 05 (cinco) hipóteses de prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal de

Inq 2.601 -QO / RJ

Justiça, que era o órgão de cúpula do Poder Judiciário do regime monárquico (art. 164, II).

A Constituição promulgada em 1988, no entanto, não foi capaz de igual parcimônia, ao ampliar, para quase 20 (vinte), as hipóteses de prerrogativa de foro (**considerados**, para esse efeito, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Regionais Federais), além de conferir autorização, aos **Estados-membros**, para incluir, nas Cartas estaduais, outras novas hipóteses de prerrogativa de foro **perante** os respectivos Tribunais de Justiça, ressalvados, apenas, os casos definidos **na própria** Carta Federal.

É certo que a prerrogativa de foro, tal como prevista na Constituição da República, acha-se estabelecida "ratione muneris", destinada a compor o estatuto jurídico de **determinados** agentes públicos, enquanto ostentarem essa particular condição funcional, estendendo-se, por isso mesmo, e somente nas hipóteses definidas no texto constitucional, àquele que está a exercer ou a titularizar determinada função pública.

É por tal razão que esta Suprema Corte já se manifestou no sentido de que, tratando-se de determinados ocupantes de cargos

Inq 2.601 -QO / RJ

públicos, inexiste, quanto a eles, situação de privilégio de caráter pessoal. Trata-se, ao contrário, de uma prerrogativa de ordem estritamente funcional, que, prevista em sede constitucional, destina-se a proteger aquele que se acha e que ainda se encontra no desempenho de determinado ofício público:

"Foro privilegiado em razão de função. A prerrogativa é concedida em obséquio à função, a que é inerente, e não ao cidadão que a exerce. Deixado definitivamente o cargo, por qualquer motivo, o seu ex-titular responderá no foro comum."
(HC 33.440/SP, Rel. p/ o acórdão Min. NELSON HUNGRIA - grifei)

Essa outorga constitucional de prerrogativa de foro culmina por gerar, muitas vezes, considerada a regra do "forum attractionis" - que confere prevalência à jurisdição penal desta Suprema Corte -, a instauração de processos multitudinários, cuja existência representa fator apto a romper a regularidade dos trabalhos do Tribunal, tumultuando-lhe a ordem dos serviços e obstruindo o normal desenvolvimento e execução de sua agenda de julgamentos.

Esse, realmente, tem sido um grave inconveniente gerado e provocado pela outorga, por parte da Constituição da República, da prerrogativa de foro a determinadas autoridades públicas.

Inq 2.601 -QO / RJ

Vale rememorar, neste ponto, que os membros do Congresso Nacional jamais tiveram prerrogativa de foro, em matéria penal, **perante** esta Suprema Corte, sob a égide das anteriores Constituições republicanas de 1891, de 1934, de 1937, de 1946 e de 1967, o que motivou a formulação, por esta Corte, da Súmula 398/STF, cujo enunciado assim dispunha: "O Supremo Tribunal Federal não é competente para processar e julgar, originariamente, deputado ou senador acusado de crime" (grifei).

Na realidade, foi somente a partir da outorga, por um triunvirato militar, da Carta Federal de 1969 (travestida sob a designação formal de EC nº 01/69) que se atribuiu, aos membros do Congresso Nacional, nos ilícitos penais comuns, **prerrogativa de foro**, "ratione muneris", **perante** o Supremo Tribunal Federal, deixando de subsistir, então, a Súmula 398/STF.

De qualquer maneira, no entanto - e feito esse registro histórico -, cabe reconhecer que a questão ora em exame há de ser apreciada em função do contexto normativo que resulta da vigente Constituição promulgada em 1988 e que, como anteriormente salientado, pluralizou, embora de maneira excessiva, as hipóteses definidoras de prerrogativa de foro em matéria penal.

Inq 2.601 -QO / RJ

Vale relembrar, no entanto, que o Supremo Tribunal Federal **tem utilizado, com relativa frequência, a faculdade prevista** no art. 80 do CPP **para, determinando o desmembramento** de causas penais, **submeter, à jurisdição de outros Tribunais e juízos, aqueles** indiciados **e/ou** réus que **não possuem** prerrogativa de foro perante esta Corte Suprema, **em ordem a que permaneça, na esfera** de atribuições originárias do Supremo Tribunal, **somente aquele** que detém prerrogativa de foro "*ratione muneris*", **exceto** nos casos em que, **não obstante presentes, no procedimento persecutório, pessoas destituídas** de prerrogativa de foro, o "*simultaneus processus*" **se impuser**, quanto a elas, **em razão** de a conduta dos agentes **achar-se intrinsecamente relacionada** à dos demais, **como o evidencia** a jurisprudência deste Tribunal (**AP 366/AC**, Rel. Min. GILMAR MENDES - **HC 87.867-MC/RR**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **HC 91.273/RJ**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - **Inq 1.720/RJ**, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - **Inq 2.091/RR**, Rel. Min. AYRES BRITTO - **Inq 2.145/RO**, Rel. Min. ELLEN GRACIE - **Inq 2.424/RJ**, Rel. Min. CEZAR PELUSO - **Inq 2.486/AC**, Rel. Min. AYRES BRITTO - **Inq 2.513/MG**, Rel. Min. MENEZES DIREITO - **Inq 2.548-AgR-ED/DF**, Rel. Min. MENEZES DIREITO - **Pet 3.838/RO**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO):

"CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. PENAL. CRIME DE QUADRILHA. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. SEPARAÇÃO

Inq 2.601 -QO / RJ

DOS PROCESSOS. CPP, art. 80. NÚMERO EXCESSIVO DE ACUSADOS. PREJUÍZO DA DEFESA: INEXISTÊNCIA.

I. - O fato de um dos co-réus ser Deputado Federal não impede o desmembramento do feito com base no art. 80 do Código de Processo Penal.

II. - A possibilidade de separação dos processos quando conveniente à instrução penal é aplicável também em relação ao crime de quadrilha ou bando (art. 288 do Código Penal).

III. - Agravos não providos."

(AP 336-AgR/TO, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - grifei)

"DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO DE DESMEMBRAMENTO DO PROCESSO. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. ART. 80, CPP. IMPROVIMENTO.

1. Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão monocrática que determinou a separação do processo relativamente aos demais acusados, mantendo apenas em relação ao parlamentar que tem prerrogativa de foro.

3. Esta Corte vem se orientando no sentido de admitir a separação do processo com base na conveniência da instrução e na racionalização dos trabalhos (AP-AgR 336, rel. Min. Carlos Velloso, DJ 10.12.2004; AP 351, rel. Min. Marco Aurélio, DJ 17.09.2004).

4. No caso em questão, a razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII) não vinha sendo atendida, sendo que as condutas dos 8 (oito) acusados foram especificadas na narração contida na denúncia.

5. Relativamente à imputação sobre possível crime de quadrilha, esta Corte já decidiu que há 'a possibilidade de separação dos processos quando conveniente à instrução penal, (...) também em relação aos crimes de quadrilha ou bando (art. 288, do Código Penal)' (AP-AgR nº 336/TO, rel. Min. Carlos Velloso, DJ 10.12.2004).

6. Agravo regimental improvido."

(Inq 2.527-AgR/PB, Rel. Min. ELLEN GRACIE - grifei)

Inq 2.601 -QO / RJ

Presente esse contexto, **cumpr**e **verificar**, em questão de ordem, **se** a eventual existência de situação configuradora de conexão (**CPP**, art. 76) **ou** de continência de causas (**CPP**, art. 77), **cuja ocorrência** impõe, *ordinariamente*, **a tramitação** da causa penal em "*simultaneus processus*" (**CPP**, art. 79), **impede**, *ou não*, **a aplicação**, *por esta Corte*, **do art. 80 do CPP**, que assim dispõe: "*Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação*".

Cabe acentuar, neste ponto, que a cisão da causa penal, **fundada em qualquer** das hipóteses **previstas** no art. 80 do CPP (**dentre as quais**, a ocorrência de motivo relevante que torne conveniente a adoção de referida separação), **pode efetivar-se**, legitimamente, **ainda que existente**, *na espécie*, **vínculo** de conexidade **ou relação** de continência **e não obstante presentes**, *no procedimento persecutório*, investigados **detentores** de prerrogativa de foro, tal como o reconhece o magistério da doutrina (MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA, "**Competência por Conexão ou Continência**", "*in*" Código de Processo Penal e sua Interpretação Jurisprudencial, **coordenado** por Alberto Silva Franco e Rui Stoco,

Inq 2.601 -QO / RJ

vol. 2/1037, cap. V, 2ª ed., 2004, RT; FERNANDO DA COSTA TOURINHO FILHO, "Código de Processo Penal Comentado", vol. 1/193, cap. V, 4ª ed., 1999, Saraiva; ALBERTO VILAS BOAS, "Código de Processo Penal Anotado e Interpretado", cap. V/149-150, 1999, Del Rey; GUILHERME DE SOUZA NUCCI, "Código de Processo Penal Comentado", p. 229/232, itens ns. 4, 7, 8 e 11, 8ª ed., 2008, RT; VICENTE GRECO FILHO, "Manual de Processo Penal", p. 165, item n. 33, 4ª ed., 1997, Saraiva; JOSÉ FREDERICO MARQUES, "Da Competência em Matéria Penal", p. 292/293, 1953, Saraiva, v.g.), **valendo mencionar, quanto a essa possibilidade jurídico-processual, a lição** de JULIO FABBRINI MIRABETE ("Código de Processo Penal Interpretado", p. 276, 7ª ed., 2000, Atlas), **que assim se pronuncia sobre o tema:**

"Prevê o dispositivo as hipóteses em que, embora haja continência ou conexão, pode o juiz, facultativamente, separar os processos. Cabe a ele, nas hipóteses mencionadas no art. 80, aquilatar a conveniência da separação. Deve evitar excesso de prazo na formação da culpa de réu preso (prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária, prisão decorrente de sentença de pronúncia), mora processual devido ao número maior de acusados ou qualquer outro inconveniente sério para a regularidade da instrução. A enumeração, portanto, não é taxativa, permitindo a separação por qualquer motivo relevante, em benefício dos acusados ou da própria administração da Justiça." (grifei)

Esse entendimento doutrinário, por sua vez, tem o beneplácito da jurisprudência desta Suprema Corte (RTJ 144/129, Rel.

Inq 2.601 -QO / RJ

Min. OCTAVIO GALLOTTI - **RTJ 165/170**, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI - **HC 73.423/RJ**, Rel. Min. FRANCISCO REZEK - **HC 103.149/RS**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **Inq 1.741/MA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **Inq 2.089/RO**, Rel. Min. CELSO DE MELLO - **Pet 2.020-QO/MG**, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, v.g.):

"'HABEAS CORPUS'. COLHEITA DE PROVAS: DELEGAÇÃO. PREJUÍZO INDEMONSTRADO. CONEXÃO PROBATÓRIA. REUNIÃO DE PROCESSOS. ARTIGOS 80 E 82 DO CPP.

.....
II - A advocatória prevista no artigo 82 do CPP é norma que deve ser interpretada juntamente com o artigo 80 do Código, **que faculta a separação dos processos** quando pelo excessivo número de acusados ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação. Ausência de ilegalidade.

Pedido indeferido."

(**HC 73.423/RJ**, Rel. Min. FRANCISCO REZEK - **grifei**)

"(...). VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. DESMEMBRAMENTO DOS AUTOS.

A regra do art. 79 do Código de Processo Penal - competência por conexão ou continência - é abrandada pelo teor do art. 80 do Código de Processo Penal, que faculta a separação dos autos quando se tratar de fatos distintos, como ocorre nos caso concreto. (...)."

(**HC 84.301/SP**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA - **grifei**)

Impende registrar, por oportuno, em igual sentido, jurisprudência firmada por outros Tribunais, em julgamentos nos quais, embora reconhecida a conexão, determinou-se, mesmo assim, a separação dos processos:

"(...). Ainda que haja conexão, é admissível a separação dos processos se as infrações forem

Inq 2.601 -QO / RJ

praticadas em circunstâncias de tempo ou lugar diferentes, ou se houver excessivo número de réus, ou, ainda, por outro motivo relevante, se o juiz reputá-la conveniente (art. 80 do CPP). **A união do feito** que está sendo processado perante a Justiça Estadual, com o processo em andamento na Justiça Federal, neste momento, geraria a procrastinação do julgamento dos fatos, podendo, inclusive, ensejar a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva. **Recurso improvido'** (TRF 4ª R. - T. Esp. - Rec. 200170010085616 - Rel. Fabio Rosa - j. 08.01.2002 - DJU 23.01.2002)." (grifei)

"**Processual penal. Conflito de competência. Conexão. Infrações praticadas por várias pessoas em concurso**, mas em circunstâncias de tempo e de lugar diferentes. **Feitos em diferentes fases processuais. Conveniência da separação dos processos'** (TRF 1ª R. - TP - CC 199201212364 - Rel. Eustáquio Silveira - j. 11.03.1993 - DJU 25.03.1993, p. 9978)." (grifei)

"O Código de Processo Penal, no seu art. 80, **faculta ao magistrado, embora haja conexão ou continência, separar os autos** ao aferir, em seu juízo de conveniência, a existência de motivo relevante, em benefício dos acusados ou da própria administração da Justiça. (...)." (STJ - CC 29.855/MG, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES - grifei)

"**A reunião de processos envolvendo as mesmas partes é faculdade do juiz**, que pode não fazê-lo se constatar a inconveniência do procedimento." (TRF/3ª Região - AP 94.03.078446-6, Rel. Juiz OLIVEIRA LIMA - grifei)

Entendo, desse modo, considerados os fundamentos já expostos, **e na linha dos inúmeros precedentes** deste Supremo Tribunal Federal (AP 366/AC, Rel. Min. GILMAR MENDES - HC 87.867-MC/RR, Rel. Min. CELSO DE MELLO - HC 91.273/RJ, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - Inq 1.720/RJ, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - Inq 2.091/RR, Rel. Min.

Inq 2.601 -QO / RJ

AYRES BRITTO - Inq 2.145/RO, Rel. Min. ELLEN GRACIE - Inq 2.424/RJ, Rel. Min. CEZAR PELUSO - Inq 2.486/AC, Rel. Min. AYRES BRITTO - Inq 2.513/MG, Rel. Min. MENEZES DIREITO - Inq 2.548-AgR-ED/DF, Rel. Min. MENEZES DIREITO - Pet 3.838/RO, Rel. Min. MARCO AURÉLIO), que não se justifica, no caso, em razão dos motivos **que autorizam** a separação do procedimento penal (CPP, art. 80), a preservação da competência penal originária do Supremo Tribunal Federal **em relação** a Álvaro Lins dos Santos e a Mário Franklin Leite Mustrange de Carvalho, **quanto ao delito** a que se refere o art. 350 do Código Eleitoral, **eis que** o desmembramento destes autos não comprometerá a instrução probatória nem afetará o exame e a exata compreensão dos fatos, sem qualquer prejuízo, portanto, para a precisa apuração dos eventos delituosos e para a segura definição da responsabilidade de cada agente.

Sendo assim, em face dos **precedentes** mencionados, e resolvendo a questão de ordem por mim suscitada, determino que se dê cumprimento à decisão de desmembramento do presente procedimento penal, **nos termos** delineados a fls. 1.169/1.172 (vol. 05), julgando prejudicado, em consequência, o exame dos recursos de agravo quanto a referida matéria.

É o meu voto.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO 2.601

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO

AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INVEST.(A/S) : GERALDO ROBERTO SIQUEIRA DE SOUZA

ADV.(A/S) : NELIO ROBERTO SEIDL MACHADO

INVEST.(A/S) : ÁLVARO LINS DOS SANTOS

ADV.(A/S) : SERGIO MAZZILLO

INVEST.(A/S) : ANTHONY WILLIAN GAROTINHO MATHEUS DE OLIVEIRA

ADV.(A/S) : NÉLIO ROBERTO SEIDL MACHADO

INVEST.(A/S) : MÁRIO FRANKLIN LEITE MISTRANGE DE CARVALHO

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

INVEST.(A/S) : DANIEL GOULART

ADV.(A/S) : RICARDO CERQUEIRA

INVEST.(A/S) : KUENE ROBSON PEREIRA ALVES

ADV.(A/S) : JULIO MATUCH DE CARVALHO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, resolveu a questão de ordem no sentido de determinar o imediato desmembramento do feito e, em consequência, prejudicado o exame dos recursos de agravo interpostos quanto à referida matéria. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa e, neste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 20.10.2011.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Secretário